

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL**  
**INCLUSION OF PHYSICALLY DISABLED CHILDREN IN ELEMENTARY EDUCATION**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.18.1-11

Markeyla Silva dos Santos <sup>1</sup>**RESUMO**

A busca por um ambiente escolar agradável, seguro, confortável e estimulante é fundamental para promover a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os alunos, incluindo aqueles que enfrentam desafios específicos. O objetivo central é garantir que cada estudante, sem exceção, tenha as condições necessárias para aprender, superar medos e enfrentar desafios, integrando-se plenamente à rotina diária da escola. Esta produção científica concentra-se na análise do papel das escolas no processo de inclusão de crianças com deficiência, com enfoque especial na deficiência física. A pesquisa adotou uma abordagem bibliográfica, com base em estudos sistematizados de livros, artigos e monografias sobre a inclusão na educação infantil. Além disso, aspectos documentais foram explorados para compreender o processo de inclusão de alunos com deficiência física. Os resultados indicam a importância crucial do papel do professor na evolução dos alunos com deficiência física, apesar dos desafios envolvidos. Respeitar os saberes individuais e buscar práticas inovadoras são elementos-chave para proporcionar um ensino de qualidade. Embora vários fatores possam influenciar o sucesso ou fracasso desse processo, uma abordagem focada e sensível pode garantir uma inclusão satisfatória. É notável a presença de alunos com deficiência física nas salas de aula, e os educadores desempenham um papel vital ao adotar uma abordagem mais humana. Enfrentar o desafio de frente é essencial para promover mudanças significativas na vida escolar dessas crianças. A inclusão vai além da mera integração na escola; ela exige uma compreensão profunda e uma abordagem abrangente para garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades e se beneficiem plenamente do ambiente educacional.

**PALAVRAS CHAVE:** educação infantil; deficiência física; desafios; aprendizagem.

**ABSTRACT**

The pursuit of a pleasant, safe, comfortable, and stimulating school environment is crucial to foster the learning and development of all students, including those facing specific challenges. The central goal is to ensure that every student, without exception, has the necessary conditions to learn, overcome fears, and confront challenges, fully integrating into the daily routine of the school. This scientific production focuses on analyzing the role of schools in the inclusion process of children with disabilities, with a special focus on physical disabilities. The research adopted a bibliographic approach, based on systematic studies of books, articles, and monographs on inclusion in early childhood education. Additionally, documentary aspects were explored to understand the process of including students with physical disabilities. The results indicate the crucial importance of the teacher's role in the development of students with physical disabilities, despite the challenges involved. Respecting individual knowledge and seeking innovative practices are key elements in providing quality education. Although various factors can influence the success or failure of this process, a focused and sensitive approach can ensure satisfactory inclusion. The presence of students with physical disabilities in classrooms is noteworthy, and educators play a vital role in adopting a more humane approach. Facing the challenge head-on is essential to promote significant changes in the school life of these children. Inclusion goes beyond mere integration into the school; it requires a deep understanding and a comprehensive approach to ensure that all students have equal opportunities and fully benefit from the educational environment.

**Keywords:** child education; physical disability; challenges; learning.

---

Administradora Escolar na Unidade de Educação Básica Alzira Mourão. Mestranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. **E-MAIL:** markeyla2015@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4765645443093325

## INTRODUÇÃO

A deficiência física é identificada por meio de características degenerativas, como no caso de distrofias musculares e tumores, que contribuem para a alteração do sistema nervoso. Nos casos não evolutivos, à medida que o sujeito recebe estímulos facilitadores em seu cotidiano, suas limitações podem ser menos graves devido a práticas e adaptações em cada ambiente. No entanto, em casos evolutivos, os problemas de saúde do indivíduo se agravam, e os desafios encontrados em seu cotidiano acabam resultando em prejuízos maiores e desconcertantes.

A criança com deficiência física precisa encontrar na sua escola um espaço e um ambiente agradável, seguro, confortável e estimulante. Nesse local, não apenas ela, mas todos os alunos devem ter condições de aprender e se desenvolver, enfrentando e vencendo seus medos e desafios para que possam se adequar à rotina diária. É fundamental ajudar a encontrar meios facilitadores de ensino, aprendizagem e formas de livre locomoção dentro do ambiente escolar.

Ainda existem muitas barreiras para um ensino de qualidade para esses alunos no ambiente escolar. A escola deve estar preparada para atender a todas as necessidades, oferecendo oportunidades para que o aluno possa desenvolver suas habilidades, ser respeitado e ter direitos e deveres iguais aos de todos os alunos da instituição escolar.

O processo de inclusão na sociedade atual tem gerado inúmeras discussões e transformações nos sistemas educacionais. A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil implica em mudanças estruturais e transformações no contexto escolar. Essas mudanças trazem benefícios para todos e contribuem para assegurar os direitos fundamentais dos indivíduos em todos os níveis. No entanto, os professores devem estar em constante atualização por meio de treinamentos e capacitações, pois o contexto escolar

demandam que estejam qualificados para melhor atender e enfrentar todas as situações propostas.

A problemática a ser investigada neste estudo teve como base o seguinte questionamento: Como as escolas trabalham o processo de inclusão das crianças com deficiência física? Analisar como tem sido desenvolvido o papel das escolas para executar o processo de inclusão das crianças com deficiência física.

## METODOLOGIA

Em uma pesquisa, é necessário sempre pensar, ou seja, buscar e comparar informações. Nesse sentido, esta pesquisa relacionada aos fins foi exploratória e descritiva. Descritiva, pois tem como ponto de partida a premissa de que os estudos exploratórios servem para o pesquisador se familiarizar com o fenômeno relativamente desconhecido, obter informações mais complexas sobre a temática, estabelecer prioridades para a investigação e, posteriormente, construir novas afirmações.

Este tipo de estudo é caracterizado pela flexibilidade dos métodos, muito maior do que no estudo descritivo (SILVA, 2009). Gil (2011) menciona que, em uma pesquisa exploratória, são envolvidos levantamentos de bibliografias, entrevistas com componentes diretos do assunto, assim como a análise e compreensão do problema abordado.

Com isso, o pesquisador vai buscar livros, artigos e sites bastante atualizados, mostrando o conhecimento necessário para a construção de seus estudos, tentando solucionar da melhor maneira possível para que todos compreendam tal estudo.

Quanto aos meios, a pesquisa foi bibliográfica, pois partiu de estudos sistematizados de livros, artigos e monografias sobre a temática, documental em virtude da necessidade de compreender o processo de inclusão de crianças com deficiência física no ensino fundamental (GIL, 2010).

Nesse estudo, foi buscado o entendimento de alguns autores por meio de uma pesquisa bibliográfica detalhada, a fim de obter uma visão abrangente sobre o tema proposto. Essa abordagem visa enriquecer o conhecimento, uma vez que é de fundamental importância verificar o posicionamento desses autores em relação à temática estudada.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de inclusão na sociedade atual tem gerado inúmeras discussões e transformações nos sistemas educacionais. A inclusão de crianças com deficiência no ensino fundamental implica em mudanças estruturais e transformações no contexto escolar. Essas mudanças trazem benefícios para todos e contribuem para assegurar os direitos fundamentais dos indivíduos, em todos os níveis.

Contudo, os professores devem estar em constante atualização por meio de treinamentos e capacitações, pois o contexto escolar exige que o professor esteja se qualificando para melhor atender e enfrentar todas as situações propostas.

A inclusão de crianças com deficiência na educação é um direito, independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento que apresentam. No entanto, a falta de conhecimento e informação de que as crianças com deficiência têm direito à convivência não segregada, aos recursos disponíveis aos demais cidadãos, é o que gera o preconceito, a discriminação e a exclusão dentro de uma sociedade.

A inclusão de crianças com deficiência na educação é muito importante, educação efetiva integradora possibilita a reabilitação, o resgate da auto-estima, ajuda a promover a quebra de barreiras do preconceito, da discriminação garante o direito de ir e vir das crianças com deficiência, cria comunidades acolhedoras gera mudanças e benefícios para todos e

contribui para assegurar os direitos fundamentais para os indivíduos.

A valorização da diversidade humana implica em educação para todos, sendo a escola comum considerada o meio mais eficaz para combater atitudes discriminatórias. A perspectiva da educação inclusiva fundamentou a elaboração da Política Nacional de Educação Especial e impulsionou mudanças significativas nas últimas décadas em âmbito internacional (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019).

Apesar dos avanços e transformações nos sistemas educacionais, com o acesso de crianças com deficiência à escola comum garantido pela matrícula e recursos de acessibilidade, ainda persistem muitos problemas relacionados à inclusão dessas crianças no ensino fundamental.

O processo de inclusão apresenta fragilidades em sua aplicação, evidenciadas pelas dificuldades das escolas em efetivar a prática da inclusão de crianças com deficiência. Isso ocorre devido à falta de estrutura física na maioria das escolas, ausência de materiais didáticos-pedagógicos adaptados, carência de profissionais especializados e pela abordagem inadequada no ensino.

Apesar desses desafios, é possível identificar um novo olhar e um pensamento de humanização, refletindo o amadurecimento das civilizações em relação às crianças com deficiência. Daí a importância de articular políticas de inclusão desses alunos com políticas de formação docente (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019). Conforme assinalam os estudiosos da Educação inclusiva, tais como Rodríguez (2001), Egler (2000), Werneck (1999), Sasaki (1998), viabilizar as estratégias transformadoras e concretizar as ações que o contexto de cada instituição educacional exige, é preciso vontade política dos dirigentes, recursos econômicos e competência dos sistemas educacionais.

O modelo inclusivo em substituição ao modelo integrativo vem sendo discutido desde a década de 80, tendo em vista que o modelo integrativo visa somente a adaptação do indivíduo à sociedade, e não a inclusão.

Segundo Mantoan (2006, p. 19), a inclusão questiona não apenas as políticas e a organização da educação especial e regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. O objetivo da integração é inserir um aluno ou um grupo de alunos que já foi anteriormente excluído. O mote da inclusão, ao contrário, é não deixar ninguém fora do ensino regular desde o início da vida escolar.

Segundo a autora, a inclusão é um processo que supera a integração, cujo objetivo é não deixar ninguém de fora do ensino regular. Nesse sentido, o autor argumenta que a educação especial passa a ser entendida como "uma modalidade que perpassa, como complemento ou suplemento, todas as etapas e níveis de ensino" (CARNEIRO, 2007, p. 64).

A escola, enquanto espaço sociocultural, enfrenta o desafio de lidar hoje com essa diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, eliminando definitivamente seu caráter segregacionista. A inclusão favorece não apenas o aluno com necessidades educacionais especiais, mas também os demais alunos, que passam a ter compreensão e atitudes de respeito pelas diferenças.

Na concepção de Saviani (2001), o papel do professor nesse processo de inclusão é fundamental, uma vez que ele é o mediador do processo ensino/aprendizagem. Mantoan (2006) afirma que é necessário recuperar urgentemente a confiança dos professores em saberem lidar e desenvolver o processo de ensino-aprendizagem com todos os alunos, sem exceções.

A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando são observadas as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para aqueles que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e

de acesso ao currículo, se pertinentes (CARVALHO, 1999, p. 52).

Historicamente, a educação especial tem sido considerada como educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas, que também têm integrado o alunado da educação especial.

A educação inclusiva, divulgada por meio da Educação Especial, teve sua origem nos Estados Unidos com a lei pública 94.142 de 1975, resultado dos movimentos sociais de pais e alunos com deficiência, que reivindicavam o acesso de seus filhos com necessidades educacionais especiais às escolas de qualidade (STAINBAK; STAINBAK, 1999, p. 36).

A educação especial surgiu após muitas lutas dos movimentos e organizações, e leis favoráveis aos deficientes. A educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), com a aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996.

No Art. 1º, é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Parágrafo único: Esta lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno (BRASIL, 2015).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9394/96) inova ao introduzir um capítulo (Capítulo V) que trata especificamente dos direitos dos 'educandos portadores de necessidades especiais' (Art.

58) à educação preferencialmente nas escolas regulares. Institui o dever do Estado de estabelecer os serviços, recursos e apoios necessários para garantir escolarização de qualidade para esses estudantes, assim como estabelece o dever das escolas de responderem a essas necessidades, desde a educação infantil (Art. 3º).

A Política Nacional de Educação Especial direciona o acesso dos alunos com deficiências ao sistema de ensino como um grande marco em relação aos registros anteriores das leis educacionais. No entanto, carece que a esses avanços possam ser incorporadas novas visões que conduzam a uma mudança tanto estrutural nas dependências físicas das escolas quanto nas estruturas curriculares, e de maneira especial, na preparação dos profissionais para que possam não se fazerem indiferentes às diferenças e delas aproveitar como aprendizagem (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019).

Diante desse posicionamento, é preciso considerar que, embora a Lei ofereça respaldo para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, existem diversos obstáculos no caminho não apenas desse aluno, mas também da instituição e, principalmente, do professor, que enfrenta o desafio de lidar com o "novo" e as diferenças individuais.

Conforme Stainback e Stainback (1999, p. 16), "as diferenças representam grandes oportunidades de aprendizado. As diferenças oferecem um recurso grátis, abundante e renovável - o que é importante nas pessoas - e nas escolas - é o que é diferente, não o que é igual". Em uma sala com alunos sem deficiência e alunos especiais, há uma troca de aprendizagem que deve ser considerada como um ponto positivo da inclusão, embora muitos professores não explorem totalmente essa oportunidade.

As formas pelas quais as escolas promovem a inclusão e previnem a exclusão são fundamentais para a qualidade de vida e aprendizado de todas as crianças (MITTLER, 2003). O que é diferente atrai a atenção e

aguça a curiosidade, levando os alunos a assimilarem com facilidade o que muitas vezes já lhes foi instigado a aprender e não houve assimilação.

A escola não deve apenas realizar alterações em sua estrutura física, como construir rampas de acesso ou fazer adaptações em salas e banheiros, para se considerar preparada para receber as demandas da inclusão. Ela precisa se voltar para todos e tudo, com quem o aluno especial conviverá, para que essa relação seja pacífica e a escola se torne um ambiente de convivência agradável, com professores bem preparados e currículos que atendam às expectativas e necessidades específicas de todos os alunos, por meio das condições didáticas e metodológicas oferecidas (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019).

Para atender a tais requisitos, segundo Silva e Maciel (2005), é preciso que a escola incorpore à seu currículo a diversidade como um aspecto presente e que deve ser valorizado, e não excluído. Cabe ao professor que lida com salas inclusivas atentar para a diversidade humana existente, considerando-a como o primeiro passo para a inclusão. O acolhimento das diferenças é um processo social e singular de cada pessoa, e ao incorporar essa perspectiva, a prática pedagógica do professor pode ser alargada e enriquecida.

Outros autores, como Stainback e Stainback (1999), acrescentam que a escola, para trabalhar efetivamente a inclusão, deve reconhecer e responder às necessidades individuais de seus alunos, que se apresentam de forma diversificada. Isso implica adotar metodologias que atendam aos diferentes ritmos de aprendizagem, assegurando a qualidade do trabalho. Para isso, os currículos devem ser apropriados e adaptados a cada situação, e as estratégias de ensino devem sofrer modificações, com o uso de recursos metodológicos diferenciados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento de incluir alunos com deficiência física na escola regular tem cada vez mais solicitado que o sistema educacional se ajuste a essa demanda, sem perder de vista que a escola é o lugar onde todos, sem exceção, podem aprender.

A escola desempenha diversas funções importantes: ensina os estudantes a respeitarem os demais, contribui para a compreensão de que todos são diferentes, com necessidades específicas que devem ser respeitadas; colabora para que a instituição ofereça uma formação de qualidade; ajuda a preparar os alunos para a vida adulta, tornando-os transformadores na sociedade; garante o bem-estar físico e mental dos alunos e valoriza a diversidade.

Os resultados encontrados nesse estudo indicam que o professor exerce uma função essencial na evolução dos alunos com deficiência física. Apesar de reconhecer que não é uma tarefa fácil, o professor desempenha um papel crucial ao respeitar os saberes individuais e buscar novas práticas para proporcionar um ensino de qualidade para esses alunos. Vários fatores podem contribuir para o sucesso ou fracasso, e com um foco adequado, é possível alcançar resultados satisfatórios.

No entanto, os alunos com deficiência física estão presentes nas salas de aula, destacando a necessidade de os educadores adotarem um olhar mais humano para esses alunos. Enfrentar esse desafio de frente é essencial para proporcionar mudanças significativas na vida escolar dessas crianças, pois a inclusão não se resume apenas em integrar o aluno com deficiência na escola, vai muito além.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns**: possibilidades e limitações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CARVALHO, Rosita E. **Integração e inclusão**: do que estamos falando?. In: Salto para o futuro: tendências atuais / Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Metodologia do ensino superior**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha**. Educação (PUC/RS), Porto Alegre / RS, v. XXIX, n. 1(58), p. 55-64, 2006.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: Contextos Sociais, Ed. Artmed, São Paulo, 2003.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, e84853, 2019.

SILVA, K. F. W.; MACIEL, R. V. M. Inclusão escolar e a necessidade de serviços de apoio: como fazer? Centro de Educação. **Revista Eletrônica Educação Especial**, n.26, ano 2005.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

STAINBACK, Suzan & Willian Satainback. **Inclusão**: Um Guia para Educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.